

Servidores do CDTN esterilizam kits de teste do coronavírus com tecnologia nuclear

Os servidores do CDTN/CNEN, em Belo Horizonte, estão dando uma importante contribuição no que diz respeito ao combate ao coronavírus (COVID-19). Em função da pandemia insumos básicos, como equipamentos de proteção individual (EPI), kits diagnóstico e também kits de coleta de material para testes, estão se esgotando rapidamente. A reposição desses insumos, porém, tem sido dificultada pela intensa demanda internacional.

Como os kits utilizados no Brasil para coleta de amostras para o teste de coronavírus são importados, uma parceria do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Dengue da Universidade Federal de Minas Gerais (INCT-Dengue UFMG), do Hospital Eduardo de Menezes de Belo Horizonte e da Símile Medicina Diagnóstica está montando kits para coleta e transporte de amostras com insumos encontrados no país.

Aos servidores do Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear, unidade da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CDTN/CNEN), cabe o papel de irradiar os itens visando sua esterilização no Laboratório de Irradiação Gama (LIG) do CDTN.

A esterilização é feita com a tecnologia de irradiação gama, que já é utilizada para esterilização de dispositivos e equipamentos médicos, entre outras aplicações, desde 2002, quando o Laboratório de Irradiação Gama foi inaugurado no CDTN.

No último dia 08/04 foi entregue a primeira remessa de material irradiado do CDTN para o ICB/UFMG. Eles serão utilizados pelo Hospital Eduardo de Menezes para coleta de amostras de pacientes com suspeitas de infecção pelo novo coronavírus (COVID-19) e, posteriormente, enviados para análise.

A meta do projeto é produzir entre 2 e 10 mil kits de coleta no momento. Há possibilidade expansão da capacidade de produção dos itens, porém, isso dependerá de auxílio financeiro.

Doação de equipamentos de segurança para profissionais da saúde

No início do mês de abril, o Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear (CDTN) destinou mais de 2.500 itens para a saúde pública. Foram doadas 1.400 toucas, 100 caixas de luva (com 100 unidades cada) e 1.000 máscaras cirúrgicas. Os EPIs foram entregues à Diretoria Regional de Saúde Norte, de Belo Horizonte. Os itens já foram distribuídos e os materiais já estão sendo utilizados nas unidades de saúde.

Reuniões virtuais vão debater pauta do setor público durante pandemia

Duas instâncias deliberativas da Condsef/Fenadsef vão se reunir virtualmente nesta semana para discutir e encaminhar a agenda de atividades em defesa dos servidores e serviços públicos em meio a pandemia do novo coronavírus. A Direção Nacional tem encontro marcado na segunda-feira, 13, enquanto o Conselho Deliberativo de Entidades (CDE) se reúne na quarta, 15. Na pauta, os desafios e reivindicações urgentes em defesa dos servidores e serviços públicos, além das demandas pontuais dos setores que estão atuando na linha de frente do combate à COVID-19.

Além dos servidores e empregados públicos da Ebsers na área da saúde, outras categorias executam serviços essenciais e estão encontrando dificuldades principalmente no que diz respeito à falta de equipamentos de proteção individual (EPI). Há relatos que vem sendo apurados de servidores expostos a risco de contaminação nos locais de trabalho.

A Condsef/Fenadsef estuda a criação de um canal nacional exclusivo para denúncias de segurança do trabalho durante a pandemia. O objetivo é apurar e cobrar solução para as situações identificadas.

O SINDSEP-MG também está atento e tem encaminhado ofícios e cobrado dos órgãos o atendimento das medidas de segurança aos servidores, além de reivindicações urgentes de setores de sua base. Caso o (a) filiado (a) tenha alguma denúncia, basta ligar para os telefones dos diretores que estão em plantão durante a pandemia, já que os atendimentos presenciais no SINDSEP-MG estão suspensos. Os números de telefone estão na página do Sindicato (SINDSEP-MG na quarentena).

Levantamento recente aponta que pouco mais de 43% dos servidores do Executivo estão em atividade de teletrabalho. Mas a Confederação avalia que é possível garantir que mais trabalhadores cumpram essa jornada. Na linha de frente há uma preocupação com trabalhadores considerados de risco e que seguem expostos sem conseguir cumprir o isolamento recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e seguido pelo Ministério da Saúde e diversos governadores e prefeitos em todo o Brasil. Em algumas cidades o isolamento ultrapassa 53%, mas estima-se que a margem ideal para evitar colapso no sistema de saúde seja de um isolamento social com engajamento de 70%.

Força tarefa virtual

Outro em pauta é a dinâmica a ser adotada enquanto o Congresso Nacional atua de modo remoto. **O SINDSEP-MG vai disponibilizar a lista de deputados e senadores na página do Sindicato (www.sindsepmg.org.br).** O objetivo é promover um trabalho de força tarefa virtual.

Além de projetos nocivos e que ameaçam direitos dos servidores e próprio setor público, há propostas importantes que precisam ser votadas com urgência. Exemplo são dois PLs apresentados pelo senador Paulo Paim que prevê garantias a profissionais que atuam na linha de frente de combate à COVID-19. A revogação da EC 95/16, que congela investimentos públicos por 20 anos é um dos focos centrais desse trabalho de pressão. Em entrevista recente ao Brasil de Fato, o senador Humberto Costa disse existir uma chance de derrotar o "teto de gastos" diante da pressão política contrária ao congelamento de investimentos públicos. Só em 2019 a EC 95/16 foi responsável por tirar R\$24 bilhões da saúde que poderiam ajudar agora no combate a pandemia. A crise provocada pelo novo coronavírus vem mostrar a importância da influência do Estado não só na economia, mas na vida de toda a população.

Governo avalia reduzir tempo de congelamento salarial de servidor de dois anos para 20 meses

O governo federal sinalizou que pode reduzir o tempo de congelamento de salários dos servidores públicos. O prazo passaria de dois anos para 20 meses.

A equipe econômica aposta que congelar o salário de servidores é uma medida eficiente no esforço para o custeio das ações de controle da pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus.

A tendência é que o governo federal apresente um projeto de lei que transfere R\$ 40 bilhões aos estados e municípios com a condição de que reajustes salariais fiquem suspensos por dois anos.

O assunto será discutido nesta segunda-feira (13/04) na Câmara dos Deputados. Pelo congelamento, o governo federal oferece R\$ 32 bilhões aos cofres dos governos estaduais e municipais e a suspensão de R\$ 9 bilhões das dívidas com bancos públicos.

A ideia do governo é substituir o projeto que tramita na Câmara e que prevê ajuda de R\$ 41 bilhões como compensação das perdas de receitas de ICMS e ISS por três meses.

Em último caso, o Ministério da Economia estuda a possibilidade de editar uma medida provisória (MP) prevendo viabilizar o repasse de dinheiro.

No último sábado (11/04), o ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu a ideia para senadores. Guedes falou em "congelar os reajustes salariais de servidores e o uso de recursos das reservas internacionais do país" como medidas adotadas para abater a dívida pública que deve aumentar com a pandemia.

Essa não é a primeira vez que o governo defende o congelamento de salários. Em 5 de abril, Guedes afirmou em uma reunião por videoconferência com deputados do DEM, que o setor público precisa dar exemplo e, para isso, seria necessário "congelar os salários durante dois anos".

Inicialmente, o ministro chegou a cogitar uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para cortar em 25% os vencimentos dos servidores, com proporcional redução de jornada de trabalho.